



A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE ITAITUBA-PA SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Elmara de Sousa Guimarães-CRF¹
elmaraguimaraes@yahoo.com.br
Rosilene Choua Silva-CFR²
rosinhaitb@yahoo.com.br
Alessandra da Silva Bezerra-CFR³
danda12092@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho constitui-se de reflexões a cerca da oferta da educação básica para a população do campo na qual nos proporcionaram ensaiar algumas reflexões e questionamentos sobre os elementos que baseiam e que configuram tal nível de ensino, bem como a representação social dos sujeitos que participam do processo educativo escolar no Município de Itaituba, Estado do Pará. A metodologia constitui-se de técnica de observação sistemática, entrevistas semi-estruturadas direcionadas às categorias de alunos, professores e pais, sendo necessário à análise de documentos e relatórios. Estão sendo analisadas na o que os alunos acham das metodologias utilizadas pelos professores em sala de aula, bem como do ensino multisseriado? Qual o fator determinante para a evasão escolar? Quais as dificuldades encontradas pelos alunos na classe multisseriada? Se os alunos acreditavam que os conteúdos são adequados para a realidade do campo? Qual a preferência dos alunos pela escolha do profissional? O que acham sobre a metodologia do professor em sala de aula? Quais suas expectativas quanto à sua educação? Quais as expectativas da escola para a comunidade? A pesquisa já conta com alguns resultados nas quais inferiram que a educação do campo deve ser vista a partir de uma organização própria e que todos os elementos constituintes desse

¹ Professora do Ensino Médio; Acadêmica do Curso de Pós-Graduação em Gestão do Trabalho Pedagógico: Supervisão e Orientação Escolar (FACINTER) e Psicologia Educacional com ênfase em Psicopedagogia Preventiva (UEPA); Licenciada Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará.

² Professora e Técnica em Agropecuária da Casa Familiar da Casa Familiar Rural do Município de Itaituba; Acadêmica do Curso de Biologia pela Universidade Federal do Mato Grosso.

³ Professora do Ensino Médio; Acadêmica do Curso de Pós Graduação em Magistério do Ensino Superior (FAI); Licenciada Plena em Pedagogia pela Faculdade de Itaituba.

espaço devem ser considerados, ou corre-se o risco de permanecermos transplantando a cultura escolar da cidade para o campo, o que para os sujeitos do campo acarreta prejuízos, pois é essencial que o campo seja valorizado e reconhecido em suas especificidades ou particularidades para então, exigirmos uma educação de qualidade e para todos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do campo, Currículo, Professores.

Introdução

Repensar a oferta do ensino fundamental para a população do campo, não é uma tarefa fácil, pois essa questão remete um olhar sobre um modelo de educação que historicamente tem sido ofertada aos filhos dos trabalhadores rurais e que não satisfaz as necessidades de formação humana e profissional dessa classe social.

Essa realidade tem sido motivo de embates educacionais a fim de que seja rompida nas políticas educacionais a dicotomia campo e cidade, como se a primeira fosse apêndice da segunda, ou seja, o modelo de educação ofertado na zona urbana deve ser o mesmo implantando nas escolas do campo? Claro que não. Já que essa concepção de educação faz com que a educação ofertada para a população do campo se distancie da realidade dos sujeitos constituinte do campo.

Com isso, a educação para a população do campo sempre esteve associada ao modelo de sociedade capitalista, como se às condições sociais e culturais dessa sociedade estivesse presente da mesma forma em ambos os espaços. Essa realidade contribuiu para que o investimento na educação do campo ao longo de décadas seja precário, haja vista que desde a década de 30 a agricultura deixa de ser a base econômica do país, ou seja, o foco dos investimentos sai da área rural e se move para a área urbana, para atender a nova base econômica do país, a indústria (CALAZANS, 1993).

Tal modelo brasileiro de educação para o campo apresenta uma série de elementos que não são favoráveis à educação, mas aparecem referendados na legislação,

nas instituições pedagógicas, no currículo e mesmo nas recomendações dos organismos internacionais⁴, que possibilitam traçar um esboço da educação do campo brasileira.

A educação do campo é tratada de forma irrisória na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que amparam a educação brasileira. Porém, só a partir do ano de 2002 com as Diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do campo que houve a possibilidade de pensar e refazer-se a educação no campo, apesar de que os movimentos sociais e instituições de ensino superior já vinham estudando e investindo nas especificidades da educação do campo e em novas práticas metodológicas.

A LDB 9.394/96 trata da educação do campo no art. 23, § 2º na qual o calendário escolar deverá se adaptar as peculiaridades locais, a critérios do respectivo sistema de ensino, sem reduzir o número de horas letivas prevista na Lei. Esse dispositivo aplica-se a educação do campo que é ofertado à população do campo, cujo calendário deverá se adequar às fases do ciclo agrícola e, as condições climáticas (art.28, II). Enquanto sua organizar poderá se desenvolver em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular e de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre do interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar⁵. Propõe ainda, medidas de adequação para a educação básica ofertada no campo inciso *“I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural”* (art.28).

A legislação permite que haja a criação e organização de calendários escolares diversificados em função das características dos sujeitos que participam da escola, estas mudanças podem ser tanto regionais, locais, cidade ou campo, de tal forma que os períodos de férias não precisam coincidir em todo o país. Ou seja, poderão coincidir com o tempo de colheita, como por exemplo, quando a família tem a necessidade de que todos os membros que tenham idade apropriada para trabalhar acompanhem a mesma na colheita, ajudando-os na economia familiar, ou poderão ser dispensados em casos de

⁴Tais como organismos multilaterais como: Banco Mundial, Banco Interamericano de desenvolvimento, dentre outros, e instituições como Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), por exemplo, fazendo sugestões para as políticas públicas no Brasil.

⁵ Idem, art. 23, Seção I, CP. II.

adversidades climáticas, como enchentes, sendo que as aulas poderão ser repostas no período mais favorável.

No Brasil, o ensino fundamental, em sua maioria, tem sido gerido pelos municípios, principalmente a partir da aprovação da Constituição de 1988, a qual trás em seu bojo as diretrizes para a descentralização da educação, estabelecendo a competência de cada esfera governamental para com a Educação. Nesse sentido, para garantir a viabilidade do ensino fundamental, foi criada Lei nº. 11.494 de 20 de junho de 2007 que regulamenta o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), essa lei propõe o aceleração da universalização do acesso à educação básica, em especial, as camadas populares, redistribuindo dinheiro para o financiamento dessa modalidade de ensino em todo o país. Esses recursos como explicita o artigo 4º, § 1º e § 2º estabelece a diferenciação de custo por aluno, especialmente nas escolas do campo, reafirmando a especificidade do atendimento escolar do campo, porém não é suficiente para reverter o abandono que as escolas do campo se encontram.

Entretanto, estas leis não saem do papel e não chegam às escolas do campo, já que, as escolas não conseguem receber em sua maioria estes recursos e não conseguem desvincular-se da organização pedagógica das escolas da zona urbana, que só a partir das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer 36/2001) que possibilitou a discussão de uma reformulação na educação para o campo.

As Diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do campo dá conceituação e significação à realidade social do campo. Além disso, focalizam a educação do campo a partir das especificidades dos sujeitos constituintes dos *“espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, ribeirinhos, pesqueiros, caiçaras e extrativistas”* (p.4-5) que escolheram o campo para enraizar-se.

No art. 1º as Diretrizes Operacionais para a educação básica do campo nos explicita que essas diretrizes compreendem normas políticas, administrativas e pedagógicas para serem implementadas nos respectivos sistemas de ensino público na qual é norteado de princípios e procedimentos para adequar o projeto institucional das escolas do campo.

Ao se discutir a oferta do ensino fundamental para a população do campo é necessária perceber a realidade em que esta se encontra, já que historicamente o ensino no campo é desenvolvido em classes multisseriadas que ficam a cargo de professores leigos ou com pouca formação, sendo que estes se utilizam de um currículo que não

considera as especificidades do campo. Em sua maioria os prédios das escolas do campo possuem uma infra-estrutura deficitária, bem como, também falta materiais didáticos, pedagógicos e recursos humanos.

Para Arroyo (2004, p.86) a escola do campo deve ser “*democrática, igualitária, que trate com respeito e dignidade as crianças, jovens e adultos do campo. Tarefa urgentíssima para a construção da educação básica do campo: criar estruturas escolares inclusivas*”. Portanto, não houve em nenhum momento uma escola pensada e voltada para as especificidades do homem do campo, tal herança, propicia até os dias atuais, a precariedade do ensino nas escolas. A educação do campo ainda está em fase de construção, mas se delinea como processo de formação pensado coletivamente, não se limita a preparar mão-de-obra para o mercado de trabalho, ela assume uma visão de totalidade, não setorial, ou excludente.

Mais a partir de reivindicações dos movimentos sociais, quanto da própria população do campo a educação *no* e *do* campo representa uma nova concepção de educação. Na qual nos mostra que a educação para a população do campo está intimamente ligada ao constante movimento dos sujeitos que vivem no campo. Tal movimento expressa as especificidades dessa população na luta por uma educação de qualidade e por políticas públicas que garantem o direito à educação, como Caldart (2004) nos cita a re-significação de um direito vai além de uma concepção de educação *no* e *do* campo:

No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais (p.149-150).

Com isso, surge uma nova concepção de campo que vem se expandindo na sociedade na qual demarca o papel dos sujeitos, bem como, a importância da educação para essa população e para o seu desenvolvimento. Esta concepção de campo carrega consigo um conjunto de valores, práticas, crenças e conhecimentos que propiciam políticas públicas que englobem o campo como um espaço emancipatório em um constante processo de construção, isso decorre a partir de lutas em favor da dignidade seja da terra, da formação ou na busca de melhorias de vida.

A importância da educação do campo vai além de uma percepção de educação, pois além de ser um direito constituído esta deve considerar as matrizes pedagógicas da educação como também a formulação de um projeto de desenvolvimento para a

população do campo, pois ofertar só educação para essa população não basta, requer ofertar uma educação que possibilite educar os povos do campo, para que estes possam se articular em prol de um projeto de desenvolvimento sustentável para as suas localidades e que assumam a condição de sujeitos construtores de conhecimento a partir de sua própria identidade camponesa.

Com base nisto, o aluno do campo tem uma necessidade de saber, calcular, ler e interpretar corretamente uma leitura, pois a maioria das vezes ele é quem orienta seus pais, lendo bulas de remédios, agrotóxicos, receitas, cartas de parentes distantes, lista da compra do mês, marcar os dias de serviço dos pais e etc.

Mais a educação só para saber ler, escrever e calcular não são mais suficientes para as crianças, jovens e adultos do campo, como poderemos compreender a partir da percepção dos alunos do Ensino Fundamental sobre a Educação do campo.

Caminhos Metodológicos

A pesquisa tem por objetivo apresentar parte do diagnóstico que está sendo realizado no Município de Itaituba, Estado do Pará. Na qual o trabalho considera os aspectos históricos e educacionais, bem como as perspectivas atuais de uma escola da rede pública municipal.

A pesquisa levantou os seguintes questionamentos: O que os alunos acham das metodologias utilizadas pelos professores em sala de aula, bem como do ensino multisseriado? Qual o fator determinante para a evasão escolar? Quais as dificuldades encontradas pelos alunos na classe multisseriada? Se os alunos acreditavam que os conteúdos eram adequados para a realidade do campo? Qual a preferência dos alunos pela escolha do profissional? O que acham sobre a metodologia do professor em sala de aula? Quais suas expectativas quanto à sua educação? Quais as expectativas da escola para a comunidade?

Os sujeitos selecionados para este estudo integram o grupo escolar (professores, pais e alunos) das Escolas Municipais de Ensino Fundamental no Município de Itaituba-PA.

A pesquisa tem como caminho metodológico um estudo de caso de natureza qualitativa sem deixar de considerar, quando necessário, a utilização e análise dos dados quantitativos a serem produzidos como resultados do trabalho. A pesquisa contará ainda com a bibliografia pertinente à investigação, sendo que, utilizar-me-ei de técnicas de

observação sistemática, análise de documentos e questionários, sendo que as questões que nortearam a investigação foram forjadas com o intuito de identificar e analisar a realidade do ensino fundamental do campo. Como explicita Lima (2004) que devemos avaliar os prós e os contras cada um e dos recursos disponíveis, tendo em vista as especificidades do tema/problema norteador da investigação. Sendo que durante todo o processo de investigação, a análise de dados se dará de forma simultânea com as informações obtidas, a fim de se estabelecer conexões entre a problemática pesquisada - coleta de dados – e a teorização da mesma.

Desvelando a Pesquisa

Os resultados obtidos pela pesquisa explicitam que a discussão sobre essa temática tem se dado apenas em torno do ensino fundamental ofertado na cidade, enquanto que o ensino fundamental no campo parece não haver preocupação por parte de pesquisadores, ou mesmo, por parte da própria Secretaria Municipal de Educação (SEMED) do Município, na qual, percebem-se os descasos com as escolas do campo.

O ensino fundamental para a população do campo no Município esta sendo desenvolvido em 117 escolas⁶. Muitas dessas possuem um único professor/responsável que utiliza-se de um currículo, relativo às quatro séries iniciais do ensino fundamental, já que a organização é desenvolvida em um sistema multisseriado.

São poucas as escolas da rede pública do Município que possuem uma boa infraestrutura, em suma maioria as escolas possuem apenas uma sala de aula, bem como um professor que desdobrar-se em dois turnos e que tem múltiplas funções e em alguns casos, uma auxiliar de serviços gerais que trabalha apenas um turno. A falta de transporte escolar é um dos fatores determinantes para o abandono escolar, uma vez que as escolas localizam-se distantes das comunidades de origem dos alunos.

A falta de atualização das propostas pedagógicas das escolas, bem como, dos professores que atuam nas escolas do campo; a falta de professores habilitados e efetivados, provocando a constante rotatividade nas escolas do campo; ausência de assistência pedagógica e supervisão escolar nas escolas do campo; os alunos preferem professores da zona urbana; os recursos didáticos e pedagógicos são insuficientes e quando os recebem seus conteúdos possuem temáticas desvinculadas a realidade do

⁶ Dados da Secretária Municipal de Educação (SEMED) do Município de Itaituba, ano 2010.

campo; o currículo utilizado pelas escolas não condiz com a realidade dos sujeitos do campo, na qual, este acaba se tornando uma extensão da escola urbana.

Os planos e programas das aulas são sobrecarregados e têm pouca relação com o cotidiano dos alunos; pouco tempo é dedicado na primeira série; As atividades são apenas para o desenvolvimento das capacidades básicas de leitura-escrita e cálculos elementares; dificuldades na transição do aluno da família para a escola formal, sendo que a escola não está vinculada á pratica do trabalho; faltam metodologias que proporcionem a interação das turmas, já que são organizadas a partir de um sistema multisseriado.

A escola do campo no Município de Itaituba não está vinculada às especificidades do homem do campo. Não considera as características típicas ao seu modo de ser, viver, valores, crenças, formas de articulação organizacional, familiar e de trabalho próprias de sua identidade cultural.

E ao verificarmos a representação dos alunos sobre a educação do campo, percebemos que está vai além da educação ofertada, pois expressa um projeto de desenvolvimento para as suas comunidades na qual vêem na educação uma possibilidade de crescimento profissional, intelectual e uma perspectiva que a educação é de fato a melhor forma para se lutar por uma educação de qualidade e para o desenvolvimento da comunidade.

Partindo dessas reflexões podemos perceber que a educação e, principalmente uma forma de resistência na quais as políticas educacionais deveriam desenvolver atividades que contemplem e estejam de acordo com o contexto local, tendo objetivo de evitar homogeneização das pessoas através da educação.

Considerações Finais

Reconhecendo a educação como um pilar para alcançar a cidadania de forma a garantir um futuro digno às novas gerações. Ela ainda em muitos lugares deixa a desejar, principalmente no campo por apresentar aspectos sócio-econômicos, diferenciados do modo de vida urbano, que precisam ser levados em conta na elaboração de propostas educacionais que venham beneficiar as populações que não ocupam os limites da cidade, mas que fazem parte da sociedade e merecem ser consideradas como cidadãos de fato não somente na retórica.

Isso faz com que a problemática da educação do campo seja o resultado de um conjunto de causas de diversas naturezas: social, econômica e cultural, reconhecendo que o fator mais presente está ligado a negligência no atendimento às dificuldades das crianças, jovens e adultos do campo pelo poder público.

Partindo do princípio que só a partir da criação de uma política pública que pense a educação a partir das singularidades da população do campo é que poderemos re-pensar na formação e emancipação dos sujeitos do campo. Ou seja, construir só escolas inclusivas para a população do campo no campo não basta, requer pensar desde o projeto pedagógico até a concepção de formação que a escola deve se propor.

Neste sentido, é importante salientar que uma formação ou capacitação específica para os professores que atuam na escola do campo possibilitará com que os professores conheçam as singularidades do campo na qual se fazem necessárias, para que esse possa intervir no processo educacional excludente que temos hoje no campo, o que possibilitaria a criação de uma postura crítica e reflexiva e o uso consciente de sua prática.

Com isso, percebe a necessidade de repensar a educação para a população do campo é buscar novas propostas metodológicas, pois a escola pública que temos hoje para o campo é descontextualizada da vida dos sujeitos que a constitui, sendo que não considera as práticas sociais dos alunos do campo e não valoriza a relação entre educação e produção, já que os alunos do campo são alunos-trabalhadores, pois ajudam os pais na lavoura e em serviços domésticos.

Assim, a educação do campo deve ser vista a partir de uma organização própria e que todos os elementos constituintes desse espaço devem ser considerados, ou corre-se o risco de permanecermos transplantando a cultura escolar da cidade para o campo, o que para os sujeitos do campo acarreta prejuízos, pois é essencial que o campo seja valorizado e reconhecido em suas especificidades ou particularidades para então exigirmos uma educação de qualidade e para todos.

Portanto, a educação do campo deve servir para valorizar e fortalecer a identidade cultural dos alunos para que possam atuar na sua própria realidade e transformar para melhor suas condições de vida. Considerar uma educação para a população do campo significa pensar em uma escola voltada para as especificidades dessa população, bem como, em uma escola que considere o contexto na qual está enxada e os sujeitos que a constituem, ou seja, que a educação seja uma prática de transformação social e que todos possam ter acesso à educação de qualidade e a ações

que promovam a inserção destes na sociedade, promovendo o desenvolvimento sustentável das comunidades e dos próprios sujeitos do campo.

Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel G. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. In: Por uma educação básica do campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação**. LDB 9.394/96. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1996.

_____. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade. **Diretrizes Operacionais para educação básica do campo**. Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica: Brasília: 2004;

CALDARTE, Roseli S. **Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção**. In: Por uma educação básica do campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. **Para compreender a educação do Estado no meio rural - traços de uma trajetória**. In: Jacques Therrien e Maria Nobre Damasceno (coords.). *Educação e Escola no campo*. Campinas, Papirus, 1993;

LIMA, Monolita Correia. **Monografia engenharia da produção acadêmica**. Saraiva. São Carlos, 2004.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5 ed. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec – Abrasco, 1998.